RESUMO

O ser humano nasce e cresce com a necessidade de brincar, pois o brincar é uma das atividades mais importantes na vida dos indivíduos. Pelo jogo a criança tenta compreender o mundo adulto que a cerca, desenvolvendo funções psíquicas superiores constitutivas da consciência humana, tais como a abstração, a memória, a generalização, a percepção, a atenção e outras atividades criadoras. O jogo foi tomado como uma produção histórica e, portanto, cultural subordinada ao significado que imprime especialmente no momento que lhe atribuem valores educativos para justificá-lo no currículo escolar. A análise sobre o papel e importância dos jogos e brincadeira nos faz repensar uma proposta que priorize esse subsídio metodológico para o Ensino Infantil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Jogos e Brincadeiras; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The human being is born and grows with the need to play, because play is one of the most important activities in the lives of individuals. In the game the child attempts to understand the adult world that surrounds it, developing superior constitutive psychological functions of human consciousness, such as abstraction, generalization, memory, perception, attention, and other creative activities. The game was taken as a historical production and therefore the cultural meaning that prints especially in the moment that you assign values to justify it in the educational curriculum. The analysis on the role and importance of the games and joke makes us rethink a proposal to prioritize this methodological Child education allowance.

KEYWORDS: early childhood education, fun and games, development.

INTRODUÇÃO

A criança não é, e não pode ser vista um adulto em miniatura, ela ainda precisa passar por diversas fases de sua vida, o desenvolvimento motor, físico, cognitivo e social para chegar a fase adulta e o brincar é um dos elementos necessários ao seu desenvolvimento. O ato de brincar, como já foi visto, é algo intrínseco ao ser humano e que está presente em sua vida, sobretudo, durante a infância. Qualquer ação pode ser considerada brincadeira, não há nenhum traço específico para determinar quais formas de agir podem ser consideradas e interpretadas como tal.

Para que se identifique e se ação realizada é uma brincadeira, basta que os sujeitos envolvidos nela a determinem dessa forma São muitos os jogos existentes nas diferentes regiões do Brasil que podem ser utilizados para esse fim; cabe ao professor levantar junto a crianças, familiares e comunidade aqueles mais significativos. As brincadeiras e jogos envolvem a descoberta e a exploração de capacidades físicas e a expressão de emoções, afetos e sentimentos. Além de alegria e prazer, algumas vezes a exposição de seu corpo e de seus movimentos podem gerar vergonha, medo ou raiva. Isso também precisa ser considerado pelo professor para que ele possa ajudar as crianças a lidar de forma positiva com limites e possibilidades do próprio corpo.

O ensino poderá tornar-se mais valoroso significativo para a criança, quando os profissionais que lidam com ela entenderem o quanto se envolvem com essas atividades e, como elas ampliam suas vivências sociais e psíquicas. Por isso é fundamental que as brincadeiras sejam entendidas como parte essencial do desenvolvimento da criança. Por exemplo, como cita Macedo em “Os jogos e sua importância para a criança” (1995), quando as crianças jogam, elas conectam-se profundamente naquilo que estão fazendo, ficam sérias, atentas, se entregam de corpo e mente ao momento.

Delimitações do Problema: Como o brincar vem sendo tratado no interior das escolas de educação infantil, o incentivo, os espaços e as mediações que têm acontecido nessas instituições e a importância disso tudo para a aprendizagem e desenvolvimento da criança são os focos de discussão do presente trabalho. No mundo atual, o crescimento acelerado e desordenado das cidades, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho com consequentes modificações na organização familiar. – Somada à desqualificação do lúdico, do tempo livre e de lazer pela sociedade capitalista, vem retirando das crianças os espaços e os tempos que eram de brincar.

Justificativas: o brincar, no contexto educacional, proporciona não somente um meio real de aprendizagem, como também permite que os educadores possam aprender sobre as crianças e suas necessidades. Criar condições para a brincadeira é uma ação que está cada vez mais presente no núcleo escolar e não somente em espaços restritos fora da escola

Objetivo Geral: discutir sobre a impor-

tância do brincar no processo de desenvolvimento da criança, sobretudo na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, visando à ludicidade como caminho para a aprendizagem e a construção do conhecimento através de brincadeiras, jogos e brinquedos. Mais presente no núcleo escolar e não somente em espaços restritos fora da escola. Toda criança aprende a brincar desde os primeiros anos de vida, precisando de alguém disponível para brincar em conjunto, além de ensiná-la a brincar. Criar condições para a brincadeira é uma ação que está cada vez

Objetivos Específicos: a importância pedagógica do jogo na aprendizagem dos esportes, a metodologia face ao propósito do referido estudo destacando-se os caminhos trilhados o jogo/brincadeira e o lúdico no meio educacional através dos itens: o jogo como recurso pedagógico, o jogo com seus diferentes enfoques e classificação.

Metodologia: O estudo foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre a área das brincadeiras e jogos da aprendizagem e do desenvolvimento na educação infantil e o direito da criança do brincar.

DESENVOLVIMENTO

A educação infantil no Brasil percorreu um longo caminho, onde, em certos momentos, vinculou se a saúde em seus pressupostos higienistas; em outros, a caridade e ao amparo a pobreza e, em outros ainda a educação. Na verdade, os próprios órgãos públicos, que tem uma tradição em lidar diretamente com grupos organizados da população, reforçavam a orientação de guardar as crianças principalmente em relação à higiene e a alimentação. (Horn, 2004).

Sendo um fenômeno tão natural, chama a nossa atenção o motivo pelo qual a escola, principalmente aquelas destinadas ao atendimento da infância, desconsideram o potencial presente nas brincadeiras infantis, subvalorizando essas atividades enquanto elemento do currículo escolar. Para ganhar ela precisa mais do que interagir ou reconhecer as habilidades do outro, mas, observar seu desenvolvimento, agir mais rápido, desenvolver raciocínio ágil e, se doar, de forma que aquela jogada seja a única, pois o objetivo imediato é ganhar, a próxima partida fica para depois que essa terminar, no sentido literal da frase.

O jogo se destaca como estratégia utilizada pelas crianças, pois é no ato de jogar brincar que ocorrem importantes mudanças no desenvolvimento psíquico da criança. O jogo configura um caminho de transição para um novo e mais elaborado nível de desenvolvimento, uma vez que o seu conteúdo é retirado da realidade social. No jogo, a criança se sujeita as regras de uma dada situação ou fenômeno e se preocupa extremamente com a veracidade da ação feita. É por meio dos jogos que ela poderá pela representação superar seus limites. A concepção de infância modificou-se ao longo do tempo bem como o cuidado oferecido à criança. O brincar

Tais modificações levaram muitos estudiosos a olhar para o brincar como parte fundamental do desenvolvimento integral da criança e contribuíram, no decorrer da história, para a elaboração de políticas públicas para a Educação Infantil. Porém, na atualidade, o repertório de brincadeiras vem sofrendo influências das novas tecnologias, o que permite compreender, em parte, o abandono/esquecimento das brincadeiras tradicionais num momento em que o tempo para ser criança é cada vez mais reduzido e a criança passou a ser um "foco" de consumo. Piaget (1976), por exemplo, em seus estudos sobre o pensamento da criança mostra a importância do brincar em vários períodos do desenvolvimento infantil.

Segundo ele, a criança inicia a brincadeira por meio do próprio corpo, já que no primeiro ano de vida não consegue representar os objetos externos. Mais tarde, com o aparecimento das imagens mentais, da função simbólica e da linguagem, a conduta da criança modifica-se; surge o pensamento propriamente dito e o início da compreensão dos signos, possibilitando à criança o jogo simbólico, a imaginação e a imitação, nos quais ela revive prazeres e/ou conflitos elaborando-os, compensando-os e completando a realidade por meio da ficção. Subsequente ao domínio da linguagem a criança apresenta um duplo progresso: pode pensar antes de agir e conhecer as regras que organiza uma situação. O brincar nesse nível, baseado na cooperação e na compreensão das regras explícitas, possibilita à criança uma construção progressiva de sua autonomia, socialização e afetividade.

AS PRIMEIRAS LEGISLAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As primeiras legislações sobre a criança surgiram, em diversos países, nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A "doutrina da situação irregular", predominante na época, baseava-se no controle social dos menores invasores, bem como daqueles reconhecidos como abandonados moralmente ou materialmente por seus familiares. Os juízes adquiriram o poder de decidir sobre o destino dessas crianças e jovens, intervindo na vida dessas famílias em nome da proteção, conforme o conteúdo dessas primeiras legislações.

No Brasil estão garantidos em vários documentos legais como a Carta Magna Brasileira (BRASIL Constituição, 1988), O Esta-

tuto da Criança e da Adolescência (BRASIL, Lei 8.069/90) e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL. Lei 9.394/96). "(Esses documentos representam avanços em relação à educação infantil nos últimos anos quando a criança passou a ser considerado "sujeito do direito" e" pessoa em situação peculiar de desenvolvimento). As políticas públicas devem considerar as precárias condições sociais e econômicas das famílias como fatores que marcam a desigualdade na democratização do acesso da infância à educação e ao direito de brincar.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 1959 (Declaração... 1959) pela Assembleia Geral das Nações Unidas, o primeiro documento legal de âmbito internacional, mudou esse panorama, concebendo a criança a qualidade de "sujeito de direito". Vários direitos foram concebidos nesse documento, dentre os quais se destacam: alimentação, moradia, assistência médica adequada para a criança e a mãe, educação gratuita, lazer, proteção contra o abandono e exploração no trabalho (Declaração... 1959). A todas as crianças preveem-se equidade no seu atendimento como garantia aos direitos assinalados, sem qualquer exceção ou distinção por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, implicações políticas ou de outra natureza, condição social, situação econômica, entre outras variáveis inerentes à própria criança ou à sua família. Quanto ao lazer infantil, o Princípio VIII da Declaração da Declaração Universal dos Direitos da Criança, (Declaração... 1959) prevê que:

"a criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para a educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício desse direito". Assinala-se que tal direito da criança da criança em desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras de cunho educativo já era reconhecido desde 1959 na Declaração da Declaração Universal dos Direitos da Criança, cabendo à sociedade e autoridades a responsabilidade de garanti-lo.

O primeiro código brasileiro específico para crianças e adolescentes correspondeu ao Código de Menor Mello Mattos n (1927 apud FROTA, 2002), destinado aos menores de 18 anos, que se encontrava em "situação irregular", como os delinquentes e abandonados moral ou materialmente. Esse código delegava aos estados o atendimento à população carente, no período de 1930 a 1945, mediante intervenção ativa desses estados.

Hoje temos uma nova ordem legal iniciada com a Constituição de 1988 que definiu como direito das crianças. A Lei Federal nº 8069/90, mostra que toda criança tem o direito de brincar, mostra também que "Todas as crianças têm direito: à vida e à saúde, à liberdade, ao Respeito e à Dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura e ao lazer, à proteção ao trabalho..." (2004).

A LDB-96 passa a ser vistas como locais legítimos de favorecimento do desenvolvimento infantil, uma vez que têm a função de educar as crianças nas suas múltiplas necessidades. A LDB-96, ao contemplar a importância do brincar nas creches e pré-escolas, deixa implícita a ideia de que deve haver espaço para o brincar e para os jogos e as brincadeiras. A fundamentação jurídica do direito de brincar não é apenas uma questão relevante apenas no âmbito acadêmico. Ela possui considerável relevância prática para sua normatização e implementação concreta no contexto escolar que tem a responsabilidade de garantir o melhor interesse da criança-cidadã. É preciso considerar que esta fundamentação pode ter por base o direito individualista da relação entre pais e filhos no ambiente doméstico, bem como uma fundamentação dentro da perspectiva do direito público.

A contraposição entre o direito público e o direito individualista, numa atitude radicalista, pode levar ao apagamento dos direitos de liberdade da criança no ambiente coletivo ou o apagamento da responsabilidade da coletividade e a desconsideração dos contextos únicos que fazem parte do momento de vida da criança. Na Declaração de Genebra (1924) não era reconhecido este direito, pois apenas elencava os direitos de proteção. A partir da DUDC (1959), o brincar é uma vertente essencial dos chamados direitos de liberdade.

O direito de brincar na Constituição de 1988 se depreende da conjugação dos direitos ao lazer, à convivência familiar e à convivência comunitária, e ao direito ao não trabalho, que é muito mais do que um "direito ao ócio". Por ser extensão do direito à infância, deve ser considerado como tutela autêntica, completa e compartilhada entre a família, a sociedade civil e o Estado, pois assim afirma a Constituição Federal de 1988:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Ao estabelecer no art. 15 do ECA que as crianças são titulares de liberdade, respeito e dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento, quis o legislador que a eles fossem garantidos direitos básicos de caráter moral como prioridade absoluta constitucional. O ECA estabelece neste

artigo os direitos de personalidade, oponíveis a todos, erga omnes. Isso significa que quem se omite em situação concreta, poderá ser responsabilizado.

O direito de brincar está estabelecido no ECA em seu Livro I da Parte Geral, sob a égide do Título II que trata dos direitos fundamentais, mais especificamente artigo 16 do Capítulo II que elencam os direitos de liberdade, ao respeito e à dignidade da criança. Artigo 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: IV – brincar, praticar esportes e divertir-se. O brincar como expressão do direito de liberdade da criança é um dos fundamentos do princípio da dignidade de sua pessoa. Os direitos da criança no tocante ao brincar, lazer, esporte, cultura, educação, entre tantos outros, têm sido enunciados desde a Declaração Universal dos Direitos da Criança aprovada em 1959 (Declaração... 1959).

A Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (BRASIL. Lei nº 9.394/96), baseada na Constituição de 1988, reconhece a importância do acesso da criança, do nascimento até os seis anos, à educação infantil em creches e pré-escolas compreendendo essa fase a primeira etapa da educação Básica, responsável pelo desenvolvimento da criança em seus aspectos físicos, psicológicos e sociais, Os locais das creches e pré-escolas são considerados ambientes específicos que, de certa forma, facilitam o brincar protegido.

Conforme a citação, o dever não cabe somente ao Estado, mas também à família e à sociedade de assegurarem direitos básicos à criança como os concernentes, à vida, à saúde, à alimentação, á educação, e, inclusive, ao lazer. Enfim, a cooperação de todos os setores da sociedade é primordial para a garantia desses direitos, pois as crianças se encontram em estágios específicos de desenvolvimento, necessitando de proteção diferenciada e de absoluta prioridade no atendimento O Art. 3º do ECA assegura que todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana devem ser gozadas pela criança e a ela devem ser asseguradas, todas as oportunidades e facilidades, por lei ou por outros meios, para promoverem os desenvolvimentos físicos, mentais, morais, espirituais e sociais, em condições de liberdade e de dignidade.

O art. 4º do ECA ressalta os deveres da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, no sentido de que os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária sejam assegurados com absoluta prioridade. No Artigo 16 do ECA são especificados os aspectos que compreendem o direito à liberdade, dentre os quais destacam-se: I - Ir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; [...]. IV – Brincar, praticar esportes e divertir-se; V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação (BRASIL. Lei 8.069/90).

O reconhecimento do direito de brincar exposto no art.16, IV do ECA demonstra que a luta pelo reconhecimento da dignidade da infância venceu uma prova importante na aceitação dos ideais e da forma de vida infantil. O brincar consiste no direito de liberdade de ação da criança no sentido de que ela tem a possibilidade de escola e de ação de acordo com suas motivações próprias.

Quando pensamos em jogos e brincadeiras, inevitavelmente nos reportamos à infância, ou mais propriamente a criança. E difícil imaginar uma criança que não goste de brincar e ou jogar, tamanho e o prazer com o qual se entrega a suas atividades lúdicas. Aliás, e próprio de nossa humanidade esse desejo para o jogo, de modo que se enganam aqueles que acham que um dia deixamos de jogar ou brincar como fazíamos na infância. Apenas trocamos a simplicidade das brincadeiras infantis por outras mais complexas como o esporte e a dança à medida que vamos crescendo e se desenvolvendo.

FANTÁSTICA RELAÇÃO COM O MUNDO DA CULTURA

Podemos pensar então que o jogo e nosso ponto de partida: e a partir dele que iniciamos nossa fantástica relação com o mundo da Cultura. É a partir do jogo e da brincadeira que nos ampliamos nossas experiências para outras atividades como o esporte, a dança as lutas a ginastica o teatro a literatura etc. como diz Winnicott (1975) o jogo ou o brincar conduz naturalmente a experiencia cultural; na verdade, constitui seu fundamento. A experiencia cultural, portanto, surge como extensão direta da atividade lúdica das crianças, e nossa primeira forma de comunicação com o mundo que nos cerca.

Kishimoto (1998) ressalta que o jogo desempenha um papel fundamental na constituição das representações mentais infantis e como isto está vinculado ao desenvolvimento da criança, já que o brincar é um elemento essencial para o equilíbrio emocional. A psicanalista Melanie Klein (1985) também atribuiu grande importância ao brincar sendo pioneira em sua utilização como técnica psicanalítica, pois defendia que a criança expressa suas fantasias e ansiedades principalmente através do brincar. Também utilizando o brincar como técnica para a análise de crianças, Aberastury (1972) relaciona as brincadeiras com os processos de maturação e crescimento, sendo que as

brincadeiras quando "normais", podem estar associadas às identificações da criança e evoluir para elaborações cada vez mais saudáveis e próximas da realidade. Para Benjamin (1984):

Os brinquedos associados à industrialização e subordinados ao mercado, acabam proporcionando exclusões sociais, já que os mais cobiçados são os mais caros, fora do alcance de classes menos favorecidas. Com a tecnologia moderna, muitos aspectos importantes para o desenvolvimento global da criança vêm se perdendo. A industrialização e a urbanização promoveram uma diminuição de espaços apropriados para o brincar e vem desencadeando o esquecimento de brincadeiras tradicionais e consequentemente o desaparecimento do acervo cultural da infância. Na contemporaneidade, vários autores têm procurado dar destaque à importância das brincadeiras tradicionais.

A infância, tal como a conhecemos e a definimos, nem sempre foi concebida desta forma. De acordo com Philippe Àries (1981) a "descoberta" da infância teve início no século XIII quando as crianças passaram a ser representadas por meio da arte e expressadas não enquanto crianças, mas como "adultos em miniatura".

Durante o século XIV as pinturas acerca da infância referiam-se a temas religiosos e a maioria das crianças retratadas aparecia ilustrada como anjinhos. Por volta dos séculos XV e XVI destacava-se uma iconografia com a criança expressas em imagens de família, com outros adultos, brincando no colo de sua mãe, etc. Nessa época, ao mesmo tempo em que a criança passa a ser admirada por sua graciosidade também há uma preocupação pela sua inserção na sociedade e, em consequência, com a sua educação para a vida e para o trabalho (TOMÉ, 2005).

Conforme Rappaport (1981) foi também no século XX que surgiu uma preocupação em aprofundar os estudos acerca da criança e lhe oferecer uma educação formal de maior qualidade. No Brasil, um grande salto na doutrina voltada para a criança ocorreu com a elaboração da Constituição Federal de 1988. Em seu Capítulo III - Seção I, Artigo 208, reconhece a criança como sujeito de direitos. Determinou como dever do Estado a garantia à educação infantil em creches e pré-escolas para a criança pequena (Brasil, 1988). Em 1990 com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Educação Infantil é reafirmada como dever do Estado e como um direito da criança.

No ECA pode se constatar: Art. 54. É dever de o Estado assegurar à criança (...) IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; Em 1996 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), que estabeleceu pela primeira vez na história das legislações brasileiras a Educação Infantil (0 a 6 anos) como a primeira etapa da educação básica. E determinou ainda: A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Título V, Capítulo II, Seção II, Artigo 29).

Em decorrência da LDB, foi elaborado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (volumes 1, 2 e 3) no qual se destaca o brincar como uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança. Aponta o direito ao brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil, sendo o brincar considerado como linguagem infantil que favorece a simbolização, socialização, autoestima e criatividade.

O significado atribuído ao educar é: Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, Vol. 1, p. 23).

Para Piaget (1976) o brincar constitui-se expressão e condição para o desenvolvimento infantil, já que as crianças quando jogam assimilam, acomodam e podem interferir na realidade. Outro estudioso do brincar é Vygotsky, que trata de um brincar específico: o de "faz de conta". Para ele os desejos não realizáveis podem ser alcançados pelo mundo imaginário, por meio do brinquedo.

Além disso, a brincadeira tem a função de transmitir conhecimentos sobre a estrutura social e os tipos de relações valorizadas por uma cultura específica. O brinquedo cria na criança uma nova forma de desejo. Ensina-a desejar, relacionando seus desejos e um eu fictício ao seu papel no jogo e nas regras (VYGOTSKY, 1989).

Oliveira (2000) também faz menção à importância do brincar como condição necessária para o desenvolvimento saudável da criança. Expressa o modo como ela organiza sua realidade além de introduzi-la no universo sóciohistórico-cultural. Destaca que:

(...) é brincando que a criança se humaniza aprendendo a conciliar de forma efetiva a afirmação de si mesma à criação de vínculos afetivos duradouros. (...) o brincar abre caminho e embasa o processo de ensino/aprendizagem favorecendo a construção

da reflexão, da autonomia e da criatividade (p. 7/8).

Kishimoto (1998) ressalta que o jogo desempenha um papel fundamental na constituição das representações mentais infantis e como isto está vinculado ao desenvolvimento da criança, já que o brincar é um elemento essencial para o equilíbrio emocional. A psicanalista Melanie Klein (1985) também atribuiu grande importância ao brincar sendo pioneira em sua utilização como técnica psicanalítica, pois defendia que a criança expressa suas fantasias e ansiedades principalmente através do brincar. Também utilizando o brincar como técnica para a análise de crianças, Aberastury (1972) relaciona as brincadeiras com os processos de maturação e crescimento, sendo que as brincadeiras quando "normais", podem estar associadas às identificações da criança e evoluir para elaborações cada vez mais saudáveis e próximas da realidade.

O BRINCAR SE INSERE NO PROCESSO DE MUDANÇAS HISTÓRICAS

Como a infância, o brincar também se insere no processo de mudanças históricas. Nos dias atuais, a valorização das imagens veiculadas pela televisão, as novas tecnologias e os brinquedos eletrônicos têm gerado um impacto maior de estímulos impostos pela sociedade de consumo, modificando o repertório das brincadeiras infantis. Para Benjamin (1984):

Os brinquedos associados à industrialização e subordinados ao mercado, acabam proporcionando exclusões sociais, já que os mais cobiçados são os mais caros, fora do alcance de classes menos favorecidas. Com a tecnologia moderna, muitos aspectos importantes para o desenvolvimento global da criança vêm se perdendo. A industrialização e a urbanização promoveram uma diminuição de espaços apropriados para o brincar e vem desencadeando o esquecimento de brincadeiras tradicionais e consequentemente o desaparecimento do acervo cultural da infância. Na contemporaneidade, vários autores têm procurado dar destaque à importância das brincadeiras tradicionais.

Para Kishimoto (1999), por exemplo, a brincadeira tradicional infantil desenvolve modos de convívio social, permite a transmissão da cultura e garante o lado lúdico e a situação imaginária. De acordo com Fantin (2000): Resgatar a história de jogos tradicionais infantis, como a expressão da história e da cultura, pode nos mostrar estilos de vida, maneiras de pensar, sentir e falar, e, sobretudo, maneiras de brincar e interagir.

Configurando-se em presença viva de um passado no presente Friedmann (1995) assinala a relevância do resgate dos jogos tradicionais considerando que estes fazem parte de nosso patrimônio lúdico. Destaca que o jogo tradicional tem um importante papel de servir como um instrumento para o desenvolvimento das capacidades físicas, motoras, sociais, afetivas, cognitivas e linguísticas nas crianças. Segundo Carvalho, "o desenvolvimento da criança se dá principalmente através do ato de brincar, onde pode acontecer em várias situações" (1989, p.28).

Segundo Piaget (1962 cit. por Félix, 2006, p.29) o "jogo estimula o desenvolvimento das estruturas intelectuais, considerando-o expressão e condição do seu desenvolvimento, estando implícito na assimilação que opera relativamente à realidade. " Freud (cit. por Félix, 2006, p.30) afirma ainda, que o jogo é importante para o desenvolvimento emocional da criança.

Complementarmente, "Erikson (1963) considera que o jogo desempenha um importante papel no desenvolvimento da autoestima, na medida em que as crianças adquirem consciência dos seus pensamentos, do seu corpo, objetos e dos outros" (Félix, 2006, p. 30).

Através do jogo existe a possibilidade de conhecer o meio que nos rodeia, seja este cultural, político ou social; a transmissão do jogo ao longo dos tempos permite-nos ter uma ideia da forma como as pessoas viviam e organizavam as suas vidas. (...) De fato, o jogo tem sido transmitido de cultura para cultura, procurando os vários intervenientes adotá-lo à realidade social em que vivem. O jogo, ao possuir uma carga histórica, permite que a cultura se propague e que exista um processo de aculturação organizada, ou seja, que não exista somente uma transmissão de valores culturais, mas também um processo de inter-relação (Félix, 2006, p. 28-30).

O brincar é fulcral para aprendizagem da criança. Se esta for prazerosa, voluntária e espontânea, a criança tirará um maior proveito da experiência vivida, desenvolvendo assim capacidades a nível cognitivo, social e emocional, como criatividade, companheirismo, a socializar-se com o outro, a respeitar as regras e a lidar com as frustrações. "O ato de brincar proporciona a construção do conhecimento de forma natural e agradável; é um grande agente de socialização; cria e desenvolve a autonomia. " (Cunha, 2001 cit. por Tessaro & Martinez Jordão, 2007, p.2).

A brincadeira é o conjunto das atividades da criança pequena, livre de regras; estas, a existirem, são impostas pela própria criança, em volta de uma aura de fantasia, em que tudo tem seu lugar e relação, nada existe ali por acaso ou sem motivo (Ferreira, 1976 cit. por Félix, 2006, p.33).

Assim, de uma forma sucinta, o brincar permite: Divertir, relaxar, dar prazer; obter catarse; Ocupar o tempo livre; Dominar o mundo, as situações; Testar a realidade;

Obter conquistas, ganhos; Desenvolver a criatividade; Promover a autoestima, autoconfiança; Socializar; Aprender; Desenvolver o físico; Produzir cultura; Desenvolver a linguagem; e Obter saúde.

A formação lúdica possibilita ao educador conhecer-se como pessoa, saber de suas possibilidades, desbloquearem resistências e ter numa visão clara sobre a importância do jogo e do brinquedo para a vida da criança, do jovem e do adulto. (Kishimoto, 1999 cit. por Tessaro & Martinez Jordão, 2007, p.2).

"Os jogos proporcionam também a interdisciplinaridade, e o entrosamento não só entre os alunos, mas todo o corpo docente que de alguma forma se envolve para a realização dos eventos" (Martinez, 2005, 2006 cit. por Tessaro & Martinez Jordão, 2007, p.5).

Durante todo o processo do desenvolvimento físico, moral e social da criança, muito bem explicado por Piaget, Vygotsky e Wallon, é importante destacar que os ambientes em que elas estão inseridas e as brincadeiras espontâneas ou dirigidas poderão contribuir de forma significativa na sua formação integral. Maluf mostra que: "... É importante a criança brincar, pois ela irá se desenvolver permeada por relações cotidianas, e assim vai construindo sua identidade, a imagem de si e do mundo que a cerca" (2003, p. 20). A criança é então, um ser sociável que se relaciona com o mundo que a cerca de acordo com sua compreensão e potencialidades e, brinca espontaneamente, independentemente do seu ambiente e contexto. Por isso, quanto maior o número de atividades lúdicas inseridas nas atividades pedagógicas, maior será o envolvimento da criança com o conhecimento trabalhado.

Sobre a importância do ato de brincar para o desenvolvimento psíquico do ser humano, Bettelheim afirma que: "Nenhuma criança brinca espontaneamente só para passar o tempo. Sua escolha é motivada por processos íntimos, desejos, problemas, ansiedades. O que está acontecendo com a mente da criança determina suas atividades lúdicas; brincar é sua linguagem secreta, que devemos respeitar mesmo se não a entendemos. " (Bettelheim, 1984, p. 105).

A base para o desenvolvimento sadio continua sendo a família, embora essa atravesse por profundas reformulações conceituais e de valores na sociedade pós-moderna. O ideal é que a criança viva os primeiros anos com seus pais, ou representantes desses, no lar. Porém, a situação sócia econômica das famílias do mundo atual tem feito com que as crianças deixem muito cedo suas casas para ficarem em Creches ou em Centros de Educação Infantis que atendam, desde o berçário até as séries iniciais, enquanto seus pais trabalham. Como mostra ROSSINI (2003, p. 11): "... aprender tem que ser gostoso... a criança aprende efetivamente quando relaciona o que aprende com seus próprios interesses.".

A criança concebida como ser humano em desenvolvimento, dotado de competências, saberes e direitos, situada em um contexto histórico e social, contrapõe-se às experiências de exclusão, que separa crianças pobres e ricas, meninos de rua, crianças com famílias de outras abandonadas, exploradas e violentadas (Pinto & Sarmento, 1997).

Valorizar a identidade de cada criança exige reflexão sobre sua identidade e como construí-la (Haddad, 1991). Essa é uma das indicações das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, aprovada em 1999, que constitui um desafio às creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverá, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino (LDB, Título IX, Das Disposições Transitórias, art. 89). O educar é hoje, um desafio para os profissionais da infância; pois se sabe que o ato de educar apresenta algumas características que o define como um aspecto formativo e que acontece ao longo dos anos por meio das experiências pessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A importância do brincar e do aprender na educação infantil". É de fundamental importância na vida da criança e a brincadeira é um meio que a criança utiliza para desenvolver, aprender a se relacionar com as outras crianças e com o mundo em que está inserida. Vale ressaltar que as escolas de educação infantil devem oferecer à criança um ambiente de qualidade e favorecedor para o desenvolvimento da criança, que estimule as interações sociais e que seja um ambiente enriquecedor da imaginação infantil, porque é através do brincar que a crianças aprendem, tornando os momentos de brincadeiras em aprendizagens significativas. Uma boa brincadeira ou jogo deve sugerir alguma coisa interessante e desafiadora para as crianças.

O valor dos conteúdos e a adequação devem ser considerados em relação aos níveis de desenvolvimento delas. O comportamento das crianças a brincadeira propriamente dita no que concerne as atividades físicas e mentais envolvidas, as crianças sentem prazer em competições mesmo as com dificuldades de aprendizagem ou mesmo aquelas com algum tipo de deficiência aderem a algum tipo de brincadeiras.

As atividades lúdicas infantis brincadeiras, produções plásticas, expressões corporais caracterizam as diversas culturas com seus saberes, suas crenças, seus conteúdos e valores, e levam a marca, a influência

de todo o entorno familiar, social, midiático e mercadológico. Essa representação e seus simbolismos têm a vida própria e dizem da criança, do seu ser das suas emoções, das suas crenças, da sua realidade.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda. A criança e seus jogos. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.

BENJAMIN, Walter. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 1998. Vol. 1, 2 e 3.

DECLARAÇÃO DOS DIREITO da Criança, de 20 de novembro de 1959 (1959).

Adotada pela Assembleia das Nações Unidas:

http://www.culturabrasil.pro.br/zip/direitosdacrianca.pdf;

FRIEDMANN, Adriana. Jogos Tradicionais. Série Idéias, São Paulo: FDE, n.7, p. 54-61. 1995.

FRIEDMANN, Adriana, O brincar na educação infantil – 1 ed. são Paulo – Moderna, 2012.

GLEISY. Vieira Campos. Lilian lima. Por dentro da educação infantil: a criança em foco. RJ. Wak ed.2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil. São Paulo:

Pioneira, 1998. 2ª ed.

KISHIMOTO, T.M (org). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 2003.

PIAGET, Jean. Seis Estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense, 1976. RAPAPPORT, Clara R. et al. Teorias do Desenvolvimento. São Paulo: EPU, 1981. Vol. 1.

PINTO, M. & Sarmento, M. J. (Org.). (1999). Saberes sobre as crianças: para uma bibliografia sobre a infância e as crianças em Portugal (1974-1998) (Coleção Infans). Portugal: Centro de Estudos da Criança, Universidade do

Minho;

SOMMERHALDER, Aline. Jogo e a educação da infância: muito prazer em aprender, 1 ed. – Curitiba PR: 2011.

TOMÉ, M. F. Fala Professora! Um estudo de caso sobre as perspectivas de professoras da Educação Infantil acerca do Projeto Pedagogia Cidadã, 2005.

Dissertação (Mestrado em Psicologia). UNESP. Assis.

THOMSON Learning. O brincar e suas teorias. São Paulo pioneira, 2002.

WAJSKOP, G. Brincar na pré-escola. 6ed. São Paulo: Cortez, 2005. VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.